

A C

A C E

C N F

4 7 0 9 0 / 8 5

| / |



CAPA DE ACE

AGÊNCIA <i>AC</i>	Nº ACE/ANO 047090 85	TOTAL FLs. 030	SIGILO <i>e</i>
----------------------	--------------------------------	--------------------------	--------------------

FLUXO DO PROCESSO	DATA	RUBRICA	CH SE (SS) ou ANALISTA	
ENTRADA NA SE (SS) PSQ ARQ	<i>04-01-85</i>		VALIDADE INICIAL <i>5 (CINCO)</i>	SE (SS) RESPONSÁVEL <i>123</i>
REMESSA AO DI	<i>09-01-85</i>		NOME LEGÍVEL	RUBRICA
ACE PROCESSADO				

ACESSO INICIAL											
<i>A.C.</i>											

DOCUMENTOS COMPONENTES	Nº ORD	TIPO/Nº/ÓRGÃO/ANO	PRG/ANO
		01	<i>JNFE 1384/CIM/84</i>
	02		
	03		
	04		
	05		
	06		
	07		
	08		
	09		
	10		
	11		
	12		

OBSERVAÇÕES E INSTRUÇÕES ADICIONAIS

AGÊNCIA CENTRAL
FICHA DE DISTRIBUIÇÃO DE DOCUMENTOS

DPT-1 - 13209/84
PRG

ACE
047090 85

027076 19 DEZ 84

1. CARACTERIZAÇÃO DO DOCUMENTO

DOCUMENTO INFE 1384-CENIMAR, de 17 DEZ 84

ASSUNTO I CURSO DE FORMAÇÃO POLÍTICA - FUNDAÇÃO PEDROSO HORTA

REFERÊNCIA

ANEXOS

2. DISTRIBUIÇÃO INICIAL

ORIGINAL	GTC	PRECEDÊNCIA
CÓPIAS <i>DPT 1</i>		
<input type="checkbox"/> CHEFE SNI	<input type="checkbox"/> CHEFE GAB/SNI	<input type="checkbox"/> SC-1
<input type="checkbox"/> CHEFE AC/SNI	<input type="checkbox"/> CHEFE GAB/AC	<input type="checkbox"/> SC-2
<input type="checkbox"/> VICE-CHEFE AC	<input type="checkbox"/> ASSESSOR	<input type="checkbox"/> SC-3
		<input type="checkbox"/> SC-4
		<input type="checkbox"/> SC-5
		<input type="checkbox"/> DIV ADM
		<input type="checkbox"/> SE-07
		<input type="checkbox"/> SE-08
		<input type="checkbox"/> SE-09

RUBRICA DO RESPONSÁVEL PELA DISTRIBUIÇÃO INICIAL
SE 021

3. ORDENS PARTICULARES

RUBRICA DO RESPONSÁVEL PELAS ORDENS PARTICULARES

4. PROVIDÊNCIAS

21.12.84
D) V-62 : implantar por 5 anos
[Signature]



CONFIDENCIAL

GRAU DE SIGILO

MIM-01
7530-BR-240-3251

MINISTERIO DA MARINHA
CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA
ORGAO

INFORMAÇÃO/INFORME/PED.BUSCA/ENCAMINHAMENTO

Nº 1384 DATA 17/12/84

AVALIAÇÃO: A-2 (na origem)

ORIGEM: CNSP

ASSUNTO: I CURSO DE FORMAÇÃO POLÍTICA - FUNDAÇÃO PEDROSO HORTA

PAIS/AREA: .X.X.X.X.

REFERENCIA: .X.X.X.X.

DISSEMINAÇÃO: AC/SNI - CIE - CISA - CI/DPF.

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR: .X.X.X.X.

Este Centro retransmite o Informe nº 0374/74 datado na origem em 26 NOV 84:

"1. A FUNDAÇÃO PEDROSO HORTA moveu no período de 22 a 26 OUT 84, no AUDITÓRIO ALCEU DE AMOROSO LIMA, SECRETARIA DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, sito à RUA DA CONSOLIDAÇÃO nº 2333 - CONSOLAÇÃO/CAPITAL/SP, um CURSO DE FORMAÇÃO POLÍTICA.

O objetivo do Curso é dar subsídios informativos para o aprimoramento político do Partido (PMDB).

Os Coordenadores do Curso foram:

- CAIO NAVARRO (Professor), e
- JOSÉ ANIBAL.

2. DESENVOLVIMENTO

1a. AULA - DIA 22 OUT 84

Tema: "POLÍTICA E SOCIEDADE NO BRASIL"

Orador: FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (Senador)

Presentes: aproximadamente 200 pessoas

O primeiro a falar foi o Senador FERNANDO HENRIQUE CARDOSO que discursou sobre o tema proposto. Notou-se a presença do Coordenador do Curso, JOSÉ ANIBAL (membro da Executiva do PMDB), ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO, JOSÉ

CONFIDENCIAL

GRAU DE SIGILO



CONFIDENCIAL

4

CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

(Continuação do Informe nº 1384 /84/CIM - Retransmissão.....)

GREGORI, FRANCO BARUSELLI, JOÃO BASTOS SOARES, LAURO BONANO, EDUARDO DE OLIVEIRA (professor ligado ao MOVIMENTO NEGRO), e demais representantes setoriais do PMDB.

De forma ampla, o Senador FERNANDO HENRIQUE CARDOSO fez referências de estar falando com militantes e simpatizantes do PMDB, lembrando que a luta política depende da organização do Partido, e que o mesmo para estar organizado depende do preparo dos dirigentes e militantes, portanto, a importância do curso estava centrada nesse objetivo.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, foi ponderado em suas colocações, procurando manter o tema de forma científica e didática. Toda a explanação do Senador, pode ser melhor apreciada em seu trabalho publicado em uma apostila sobre o curso (ANEXO 1).

2a. AULA - DIA 25 OUT 84

Tema: "ESTADO E DEMOCRACIA"

Orador: LUIZ WERNECK VIANNA (Professor)

Presentes: aproximadamente 150 pessoas

O tema da aula foi elaborado de forma específica, começando pelo conceito de Estado; Estado e regime político; Estado, poder e classes sociais e a questão da democracia.

Muito tempo da explanação do tema ficou restrito a referências de sentido histórico, para dar embasamento em explicações mais afinentes ao difícil tema de Estado e Sociedade.

O Professor LUIZ WERNECK VIANNA incluiu um trabalho escrito sobre "Estado e Democracia" que dá uma idéia precisa de sua palestra (ANEXO 2).

Durante os debates verificou-se que o auditório deu preferência às questões objetivas e comuns da política, deixando de lado indagações de sentido cultural.

Os grupos de esquerda presentes, embora altamente divergentes entre si, deixaram claro que apoiam TANCREDO NEVES, para não perderem a oportunidade de abertura democrática, embora reconhecendo nele graves de-

CONFIDENCIAL



CONFIDENCIAL

CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

(Continuação do Informe nº 1384 /84/CIM - Retransmissão.....)

feitos políticos; por outro lado, é palavra de ordem caracterizar o candidato PAULO MALUF como representante da capitalismo selvagem e, fazer tudo que possa para denegrir a sua imagem junto a opinião pública, inclusive ações físicas com aproveitamento máximo dos veículos de comunicação, de preferência a televisão.

3a AULA - DIA 24 OUT 84

Tema: "OS PARTIDOS POLÍTICOS E A LUTA PELA DEMOCRACIA NO BRASIL"

Orador: BOLIVAR LAMOUNIER (Professor)

Presentes: aproximadamente 120 pessoas

Com as presenças dos Coordenadores do Curso: JOSÉ ANIBAL e CAIO NAVARRO, deu-se início à aula com um video-tape do Professor BOLIVAR LAMOUNIER, pois o mesmo não pode estar presente, devido encontrar-se fora da Capital.

Após a apresentação do video-tape, a Professora VÂNIA M. SANT'ANNA, da FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - SÃO PAULO/SP, abordou o tema da aula, porém seguindo a palestra anterior acrescentando alguma conceituação sobre Partido Político, a função dos Partidos na sociedade contemporânea; a questão da democracia e a estrutura política; o PMDB e a luta pela transformação da sociedade brasileira.

As colocações da Professora VÂNIA seguiram fielmente o trabalho escrito pelo Professor BOLIVAR LAMOUNIER (ANEXO 3).

4a. AULA - DIA 25 OUT 84

Tema: "MOVIMENTOS SOCIAIS"

Orador: JOSÉ AUGUSTO GUILHON DE ALBUQUERQUE (Professor)

Presentes: aproximadamente 100 pessoas

O Professor JOSÉ AUGUSTO GUILHON DE ALBUQUERQUE iniciou a aula sobre o tema proposto, desenvolvendo questões sobre a modernização e a plurização dos Movimentos Sociais no BRASIL; Movimentos Sociais, Política e Estado; Movimentos Populares Urbanos e Rurais; o Movimento Sindical.

CONFIDENCIAL

6

CONFIDENCIAL



MM - CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

(Continuação do Informe nº 1384 /84/CIM - Retransmissão.....)

O Professor deu uma aula sem muita motivação, praticamente limitou-se a ler um trabalho de sua autoria sobre o respectivo tema. (ANEXO 4).

Durante os debates nada se pode registrar de interessante. Aconteceram discussões longas, mas repetitivas e sem nenhum conteúdo.

5a. AULA - DIA 26 OUT 84

Tema: "ESPERANÇA E MUDANÇA"

Orador: CELSO FURTADO (Professor)

Presentes: aproximadamente 200 pessoas

O Professor CELSO FURTADO proferiu a aula de encerramento do curso abordando o tema proposto, que incluiu a apreciação de alguns pontos: do milagre à crise do milagre; o caráter da crise; os efeitos sociais da crise; a política como solução; o PMDB e a alternativa democrática.

CELSO FURTADO fez uma retrospectiva das crises que abalaram o BRASIL, como a de 1980; 1930 incluiu a crise do café; 1973 o primeiro choque petrolífero; 1979 a forte elevação das taxas de juros; e a de 1981 crise do financiamento e grave emissão ao FMI, que, segundo CELSO FURTADO, "forçou o BRASIL a exportar 10% da poupança, sem contar com os empréstimos para pagar os juros para os credores, em 1985 temos que pagar Cr\$ 12.000.000.000,00 só de juros para os credores, todo esse compromisso manterá o país em recessão, o que será uma lástima para o povo trabalhador".

CELSO FURTADO acredita que se o futuro Presidente da República for TANCREDO NEVES, haverá probabilidade de se contornar a crise econômica do BRASIL, com medidas de participação do povo através do Congresso Nacional. (ANEXO 5 - Trabalho de CELSO FURTADO).

3. Durante o encerramento do Curso foi anunciado que o mesmo seria rerepresentado em video-tape nos auditórios do PMDB.

4. ANEXOS

1) - APOSTILA SOBRE O TEMA "POLÍTICA E SOCIEDADE NO BRASIL", de FERNANDO HENRIQUE CARDOSO;

CONFIDENCIAL

CONFIDENCIAL



CENTRO DE INFORMAÇÕES DA MARINHA

(Continuação do Informe nº 1384 /84/CIM - Retransmissão.....)

- 2) - APOSTILA SOBRE O TEMA "ESTADO E DEMOCRACIA", de LUIZ WERNECK VIANNA;
- 3) - APOSTILA SOBRE O TEMA "OS PARTIDOS POLÍTICOS E A LUTA PELA DEMOCRACIA NO BRASIL", de ENIVAR LAMOUNIER;
- 4) - APOSTILA SOBRE O TEMA "MOVIMENTOS SOCIAIS", de JOSÉ AUGUSTO GUILHON DE ALBUQUERQUE, e
- 5) - TRABALHO ESCRITO SOBRE O TEMA "A RESPONSABILIDADE QUE NOS CABE", de CELSO FURTADO."

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTA DOCUMENTO. (ARTIGO 12 DECRETO 79.089/77, RSAS).

CONFIDENCIAL

A T E N Ç Ã O

O original deste documento (com 3 folhas) foi apresentado parcialmente ilegível para microfimagem, não sendo possível sua leitura completa no original nem na microficha.

POLÍTICA E SOCIEDADE NO BRASIL

F. H. Cardoso

1. A política como ciência

No mundo contemporâneo usa-se abusivamente o termo "ciência". Depois dos êxitos de manipulação da natureza e de explicação dos fenômenos naturais pela física, pela química, pela biologia e pelas disciplinas conexas, a reflexão sobre a sociedade buscou transferir modos de análise eficazes naquelas disciplinas para as ciências sociais. Desde o século XIX que a economia e a sociologia vêm tentando firmar-se "como ciência", na tradição das ciências naturais.

Entretanto o grande avanço ocorrido com as ciências da natureza deveu-se a dois fatores básicos dificilmente transferíveis integralmente para as ciências humanas: a aplicação da lógica matemática e a postulação de um corpo de hipóteses explícitas, permeáveis à demonstração pela experimentação.

Por certo as ciências sociais – e especialmente a economia – progrediram muito nesta dupla direção. Mesmo a sociologia, com as modernas técnicas de pesquisa e de comparação de hipóteses, avançou bastante "como ciência" na acepção acima.

Cabe salientar, contudo, que no caso das ciências sociais, apesar das inegáveis regularidades de comportamento dos homens na sociedade e da descrição objetiva que eles comportam através da pesquisa, da experimentação (quando não direta, indireta), da formulação de hipóteses comprováveis, etc., existem diferenças marcantes que os distinguem das ciências naturais e exatas. É que, naquelas, a História conta como força transformadora que opera em função de decisões, opções, lutas e esforço humano.

Se esta observação acauteladora vale para as ciências sociais em geral, ganha ainda mais força com respeito à ciência política. Com efeito, o traço distintivo da política no contexto da sociedade é a luta, o conflito entre as partes e a imprevisibilidade (no médio prazo) sobre a História. Por certo, quando está constituída uma situação política (um regime, uma forma de Estado, uma definição institucional sobre quem participa ou não do jogo do poder), é possível analisá-la com rigor, de acordo com os métodos usuais nas ciências sociais. Mas, como existe sempre uma tensão entre grupos, uma diversidade de vontades sociais que se articulam para a disputa e há portanto, de forma latente, uma possibilidade de mudança, desenha-se também um horizonte de alternativas. Nem este horizonte configura-se sempre de modo a permitir o cálculo racional sobre as chances de êxito das diferentes possibilidades, nem é possível retirar da análise o conteúdo de alteração que pode advir da liderança (competente ou não), do empenho (maior ou menor) na luta, da capacidade de persuasão para obter apoios, dos recursos de forças mobilizáveis para a "guerra" pelo mando.

É necessário evitar, portanto, a "ilusão da objetividade". Entenda-se bem: a análise pode e deve ser objetiva; sendo-o, deve entender que um dos componentes da realidade política é a margem de imprevisibilidade imposta precisamente pela permanente luta e pela possibilidade de mudança. Este aspecto qualitativo há de estar sempre presente nas análises políticas, sob pena de um desvio conservador que vê nas regularidades do presente o único espelho do futuro, sem perceber que existe sempre, latentemente, a chance de que um ideal distinto mova contra o *status quo*, mesmo quando "objetivamente" as forças dominantes que num dado momento parecem irreversíveis.

Outro cuidado preliminar na análise da política como ciência diz respeito à delimitação do âmbito de preocupação da disciplina. A dominação e o conflito ocorrem em vários níveis da sociedade (na família, no trabalho, até no lazer). E em sentido geral ocorrem processos políticos – definidos como processos de imposição das vontades e conflitos que daí derivam – em todos os aspectos da vida social. Também é certo que a luta social (uma greve, por exemplo) é componente fundamental da luta política, posto que a dominação se enraíza em cada aspecto da sociedade. Em sentido estrito, porém, quando se fala em política está-se pensando nos processos de conflito, nos modos de regulá-los e nos recursos de força e de justificação de por que alguém ou algum grupo social manda, que ocorrem ao redor do Estado e dos grandes grupos (classes) sociais que disputam as instituições através das quais se organiza a dominação da sociedade (partidos, governo, legislativo, judiciário, polícia, Forças Armadas e grandes organizações da sociedade civil, como os sindicatos, a imprensa, etc.).

O miolo da preocupação da ciência política é, por conseqüência, a análise dos recursos de poder (desde a força bruta até os meios de comunicação e as ideologias) e das formas de justificar seu uso que os grupos e classes sociais dispõem e empregam para o controle das instituições centrais, que asseguram uma dada situação de dominação ou permitem mudá-la.

2. A atividade política no Brasil moderno

9

Numa situação tradicional de dominação, o jogo do poder tende a restringir-se ao controle das instituições fundamentais que regulamentam o uso da força e das instituições que definem o que pode ou deve ser feito (Legislativo, Executivo e Judiciário, no caso das sociedades modernas). Por outra parte, os atores politicamente reconhecidos não são o conjunto dos seres sociais. Pelo contrário, nas situações tradicionais, restringem-se os setores da sociedade que têm a ver com a política; nem sequer o conjunto das classes dominantes dela se ocupa, pois existe uma delegação implícita e são os "grandes chefes", os notáveis e os "coronéis" que desempenham os papéis propriamente políticos. Eles repartem entre si as posições do Estado que são relevantes para o exercício do poder (que não envolvem necessariamente o conjunto da burocracia), definem formas de acesso ao Legislativo e ao Judiciário que selecionam quem de fato manda e organizam, no âmbito civil e/ou militar, os "partidos", ou "o partido", que controlarão o jogo do poder.

No Brasil, assim foi na República Velha e, por longo tempo, manteve-se pouco mudado o sistema político tradicional, mesmo depois da quebra ocasionada pela Revolução de 1930.

O próprio desenvolvimento capitalista, entretanto, criou condições sociais que minaram as bases tradicionais do controle político. A urbanização acelerada, a revolução nos meios de comunicação, a formação das classes médias modernas e principalmente das classes trabalhadoras e, por fim, a modernização empresarial, a internacionalização da produção e até mesmo a capitalização parcial do campo criaram uma nova sociedade.

A primeira resposta da "nova sociedade" ao equilíbrio político tradicional deu-se através do populismo ou, se preferir, do que os politólogos chamam de "política de massas". Segmentos de setores politicamente dominantes, diante da emergência da nova sociedade, buscaram apoios urbano-populares para se manterem no poder, na disputa intragrupos dominantes.

Dai não se deve inferir que o populismo do estilo varguista ou janista tenha sido "mera manipulação". Houve um dá-cá-loma-lá. Ao mesmo tempo que os líderes populistas utilizavam as massas em proveito de suas situações de domínio, eram obrigados a conceder-lhes espaços políticos: os sindicatos, as organizações de camponeses, os partidos de esquerda, o PTB, a imprensa popular, tornaram-se instrumentos da dominação populista mas também de reivindicação da presença das classes populares.

Bem ou mal, especialmente depois de 1945, romperam-se os "círculos de notáveis" que controlavam isoladamente o aparelho do Estado. E apesar da multiplicidade dos partidos gerados depois da Constituição de 1946 (treze legais) as reivindicações nacionais e populares acabaram por colocar-se na agenda das grandes decisões políticas, em termos de dois blocos. Foi assim com a "questão nacional" e a luta pela Petrobrás; foi assim nas lutas salariais e, por fim, já no período de Jango Goulart, com a ideologia das "reformas de base".

Para servir de dique à maré montante das reivindicações e pressões populares e para evitar que os partidos de esquerda, no contexto da Guerra Fria, exercessem papel preponderante na vida política, houve a reação de 1964.

De lá para cá, apesar do congelamento imposto à vida política, da repressão e da internacionalização crescente da economia não houve uma paralisação da sociedade. Ao contrário, a industrialização, a urbanização e as transformações das relações sociais de produção e do sistema de classes se aceleraram. Por certo, agravando distorções, concentrando violentamente a renda, militarizando o Estado.

Mas a sociedade se expandiu e reagiu às tentativas de conter sua expressão política nas grades apertadas de um sistema bipartidário, feito ao sabor de casuísmos, de restrições e de ilegalidades. O antigo MDB acabou capturado pelas forças sociais dinâmicas da sociedade e a Arena (como agora PDS) mostrou-se incapaz de dotar as classes dominantes de um instrumento que pudesse autonomizar-se diante das Forças Armadas e do Estado. Desde o governo Geisel temos assistido à longa e lenta tentativa de reconstrução da ordem política de modo a que as classes dominantes dêem margem à presença popular e à realidade das oposições políticas. Mas não se viu até hoje, apesar do Pacote de Abril, dos casuísmos eleitorais, da manutenção da Lei Falcão, da decretação do fim do MDB, etc., como os artificialismos legais impedissem a irrupção do novo - da força da sociedade - na vida política.

Depois da luta dos intelectuais, dos jornalistas, da Igreja, dos estudantes, especialmente a partir de 1976 chegou o momento dos trabalhadores. Em pleno autoritarismo e na vigência de uma legislação sindical restrita, o movimento operário encontrou forças para pôr em xeque a pasmaceira existente e até mesmo para existir politicamente através de fortes lideranças urbanas, mas também rurais.

A campanha pelas eleições diretas - depois da vitória eleitoral em 1982 do PMDB e no Rio, do PDT - mostrou que a metamorfose sofrida pelo "círculo dos notáveis" com a presença militar, ampliada a conta-gotas pela presença de novas lideranças conformistas, foi incapaz de conter a presença de atores sociais na política.

Este tecido novo ainda está esgarçado. Mas ele não se limita aos partidos, aos governos de oposição e aos sindicatos. Noutros pilares da sociedade civil, através de movimentos sociais urbanos, da reivindicação de minorias, da presença ativa das mulheres na vida política, da luta das Igrejas por uma consciência social de direitos populares, etc., vê-se o mesmo ímpeto de reconstrução do espaço político de país.

3. Os temas centrais para a reflexão política

Assim, o primeiro tema central para uma reflexão é a constituição dos novos atores. Convém esclarecer que uma coisa é a existência social, outra a presença política. É inegável que a nova sociedade gerada pela industrialização e pela urbanização cria classes ou altera o peso relativo delas. Existem muito mais operários industriais hoje do que há vinte anos. Os bóias-frias são parte da realidade contemporânea. Os executivos das empresas constituem um grupo socialmente expressivo, assim como as classes médias modernas (baseadas nas profissões técnicas) aí estão. De igual modo os favelados, por exemplo, ou os mutuários do BNH constituem presenças sociais importantes.

Porém, para que estes segmentos sociais se transformem em atores políticos, são necessários vários passos. Eles têm de encontrar formas simbólicas que os identifiquem, objetivos comuns a serem alcançados e têm de dispor de instrumentos de organização e de recursos de ação que os tornem obrigatoriamente aceitos como participantes por parte dos que já estão inseridos no círculo de poder. Correlatamente é necessário que entre estes últimos haja necessidade ou o ideal de reconhecimento dos novos atores. Para que este reconhecimento ocorra, tanto importa a existência de uma ideologia democrática, que legitime a cidadania e requeira a distribuição de poder pela sociedade, como importa que ocorram conflitos entre grupos de poderosos que os levem a buscar alianças fora do círculo dos que mandam (como se deu com o populismo).

A reflexão sobre os novos atores políticos – os sindicatos, os trabalhadores, os moradores da periferia, as igrejas, as classes médias, etc. – não pode, portanto, fazer-se sem outra discussão: sem que se tome a sério o tema da construção da democracia, que é o campo profícuo para que novos atores sejam incluídos no jogo do poder.

Não se trata, neste caso, de repisar os temas do deliberalismo. É outro aspecto que conta: é preciso discutir a ampliação da cidadania, a emergência das classes populares na política.

Tudo isto leva a uma série de discussões fundamentais. Eu as ordenaria a partir da análise sobre o que é o governo – a forma do regime –, de como a sociedade controla o governo e o que significa na relação entre sociedade e política a questão do Estado.

Não penso que se possa ou deva fazer uma análise da democratização da sociedade – e, portanto, do aumento das formas de participação, inclusive das formas de participação direta nas decisões – sem tomar em consideração a questão da democratização do Estado. De pouco valeria, no mundo contemporâneo, democratizar a sociedade e tratar o Estado apenas como “o outro lado”. Ou bem a sociedade penetra no Estado, discute seus temas dentro da burocracia estatal e nos níveis politicamente decisórios do Estado, ou ela se condena a ser platéia alvorçada do palco das decisões políticas.

Mas de que modo a população – e especialmente os novos atores políticos – pode influir e controlar o Estado e as grandes decisões da sociedade civil?

Aqui há dois instrumentos fundamentais: os partidos e os movimentos sociais.

É este o outro tema central da política contemporânea. Sem partidos modernos, de massa, capazes de colocar as questões que interessam à população e de pressionar os órgãos do Estado para a execução de políticas, a sociedade fica desabrigada frente ao Estado. Mas seria ilusório pensar que o partido é tudo na política. Existem formas de pressão, espontâneas, semi-organizadas ou organizadas que não surgem nos partidos, mas nos movimentos sociais: no movimento operário, nos movimentos religiosos, nos movimentos culturais, nos movimentos das mulheres, dos negros, etc.

No passado, alguns partidos pretendiam monopolizar os movimentos sociais. Hoje, parece mais comum a tendência de conviver com eles, manter contatos, somar-se a eles, mas respeitar sua autonomia relativa. Na relação institucional, que requer representação definida da sociedade, é o partido que encaminha as questões políticas. No conflito de grupos ou classes ao redor de temas específicos – embora os partidos devam posicionar-se diante deles – são os movimentos que conduzem as massas.

O tema partido, em si mesmo, requer todo um curso à parte. Mas ele é central na reflexão política contemporânea.

Para não me alongar, mencionei ainda dois temas que são centrais, ambos relacionados com as questões ideológicas.

O primeiro é o do programa de mudança da sociedade. Sem uma filosofia política, sem a definição do que se quer e de como se pode e deve melhorar a sociedade e aprimorar a relação entre os homens, não há política digna deste nome. Deixo à imaginação o preenchimento desta agenda gigantesca: a reforma social, a mudança das instituições.

Mas o segundo tema não é menos vasto do que o primeiro. Refiro-me ao modo de viver, culturalmente falando, e aos meios de comunicação de massa, sem os quais a motivação para a política e a participação tornam-se pouco eficazes nas sociedades contemporâneas.

É preciso introduzir na temática da política a discussão sobre estas questões. O papel da mulher, por exemplo; a questão racial; a revolução dos costumes familiares e sexuais; o mundo da juventude; e assim por diante.

E como tornar estes e outros temas da política questões “de todos” e não apenas “para todos”, sem o acesso à TV, ao rádio e à imprensa? Tão importante quanto a organização partidária é a “campanha política”, como ainda há pouco no caso das “diretas-já”. Sem que se

tornerem "públicos" - embora não necessariamente estatais - os espaços da mídia para o debate político, a massa fica isolada das questões fundamentais.

Alinhei alguns temas que me parecem importantes, deixando de tocar noutros, também fundamentais, como "a questão nacional", porque são tantos os temas numa sociedade carente de participação que se impõe a opção por alguns deles, mesmo que à custa de um resultado mais balanceado.

Espero que em outras aulas sejam feitas as correções necessárias e se complemente o quadro que esbocei.

② 12

ESTADO E DEMOCRACIA

LUIZ WERNECK VIANNA

1. O Estado, na famosa conceituação do pensador italiano Antonio Gramsci, é hegemonia revestida de coerção. Não apenas um aparato coativo de dominação política, de algum modo toda e qualquer forma de Estado repousa — uns mais, outros menos — em elementos consensuais que variam ao longo da História. Mesmo os Estados mais autoritários e ditatoriais, inclusive aqueles cuja Constituição aparentemente os eleva sobre a sociedade, dando a ilusão de que pairam sobre ela, encontram meios de legitimação social e de obtenção de consentimento dos governados. O Estado egípcio da Antiguidade, cujo emblema se expressa na arquitetura das pirâmides, agudo vértice dominando uma ampla base amassada no chão, com um faraó a que se cultuava como deus dirigindo uma multidão de súditos sem direitos, se fazia reconhecido como legítimo através das instituições religiosas e da administração que operava do curso das águas do Rio Nilo, beneficiando a agricultura de um povo que predominantemente vivia em comunas camponesas auto-suficientes.

Como instituição, não se opõe à sociedade como um todo, estrangeiro e alheio a ela, como se fosse de geração inteiramente autônoma. Ao contrário, como observou Marx num texto clássico, consiste no coroamento da sociedade civil. Aí, a raiz para a compreensão da forma Estado, inclusive do porquê, sob a ação de certas circunstâncias, produz o efeito de fantasia de que ele se põe acima e como que desprendido da sociedade. Coroamento na medida em que está instituído para preservar e reproduzir o sistema de dominação que existe na sociedade civil, cuja lógica e dinâmica deriva do modo de produção que organiza as relações entre os homens e com a natureza. Assim, o Estado não representa a sociedade vista como uma entidade abstrata e, sim, garante, como um fiador, que as relações de dominação nela vigentes se efetivam e se reproduzem historicamente.

Esta a razão por que é parte constitutiva da forma Estado, mesmo em regimes políticos democráticos, um elemento coercitivo, ditatorial, que se exprime no monopólio que exerce quanto aos meios de constrangimento físico (Exército, polícia, etc.). Aspecto que se acrescenta às formas de dominação derivadas da institucionalização jurídica e política e do sistema cultural e ideológico, que consagram como "naturais" as relações de dominação/subordinação presentes num dado modo de produção. Diz-se que uma dominação é hegemônica quando ela se produz como um resultado da ação das diferentes agências do Estado (coercitivas, políticas, jurídicas, culturais, etc.) sobre as diferentes instituições da sociedade civil, num processo que induz nestas uma orientação quanto a valores e práticas que são os das classes dominantes. Conceitua-se este tipo de Estado como Ampliado, na medida em que o fruto da agregação da sociedade política (o Estado em sentido estrito) com a sociedade civil, significando, noutras palavras, que o domínio das classes dominantes se faz hegemônico combinando os meios de coerção com os consensuais, na perspectiva de solidarizar as classes dominadas à ordem constituída.

Nas sociedades capitalistas, a dominação principal, e que define a sua natureza, decorre das relações entre a classe dos capitalistas — que detém o monopólio dos meios de produção — e os produtores assalariados — proprietários apenas da sua força de trabalho, que vendem no mercado em troca de meios para sua subsistência. Na forma, esta é uma relação mercantil de compra e venda, entre sujeitos formal e juridicamente iguais, e que tem sua expressão jurídica no contrato. Mas esta forma oculta e mistifica o caráter verdadeiro destas relações, que se estabelecem entre desiguais. O trabalhador despojado dos meios de produção, para sobreviver, precisa vender sua força de trabalho ao capitalista, recebendo como pagamento um salário que corresponde aos meios socialmente necessários à sua subsistência. O que recebe, porém, como salário por um dia de jornada de trabalho consiste numa simples fração do valor que produz, ficando o restante, a mais-valia, apropriada pelo capitalista. Este trabalho não-pago oculto no interior da forma mercantil se opõe a ela, denunciando que por trás do contrato de trabalho vige uma relação de exploração.

A coação econômica como resultado do processo de expropriação dos meios de produção sofrido pelos produtores diretos se distingue, pela primeira vez na História, da extra-econômica, especificamente política. Surgindo as relações fundamentais do modo de produção capitalista desligadas da coação política, estão dadas as bases de articulação da ordem capitalista — a separação que lhe é singular entre Estado e sociedade civil, entre o público e o privado. A sociedade civil se apresenta como o reino do interesse, do egoísmo individual de seres atomizados que tendem à fragmentação, enquanto o Estado se contrapõe a ela como dimensão pública, agregadora, racional e universalizadora, no sentido de que a instituição estatal visa se fazer representante de toda a sociedade, e não apenas de uma classe. Assim como

14

nas fábricas a exploração se encontra mistificada e inaparente na forma mercantil do contrato de trabalho, que supõe serem juridicamente iguais, na sociedade, a dominação exercida pelo Estado se acha também mistificada e obscurecida pelo desempenho universal que ele se arroga cumprir.

A dupla coação – econômica (privada) e política (pública) – não se expressa como tal, atuando de modo mascarado através da ordem jurídica no contrato privado entre compradores e vendedores da força de trabalho e no contrato social, cujo suposto é a abdicação da vontade soberana de todos para que se constitua uma vontade geral encarnada no Estado. Este duplo efeito nega, de um lado, a realidade da exploração, e, de outro, a da dominação política, da perda de transparência das relações sociais e do próprio ocultamento das relações de dominação.

Cumprindo o Estado a função de fiador das relações de dominação decorrentes do modo de produção capitalista, garantindo sua reprodução econômica, política e social, as alterações operadas na forma e no conteúdo daquelas relações de dominação tendem a produzir transformações na sua natureza. A conquista da cidadania política por parte das classes dominadas, com o direito de votar e ser votado, com a criação dos partidos operários (social-democratas, socialistas, comunistas), aliada ao surgimento dos sindicatos, importando numa efetiva resistência destas classes à dominação, acarreta uma mudança no comportamento e nas funções do Estado. Criam-se a previdência social, as leis protetoras do trabalho, amplia-se a intervenção econômica e social do Estado, numa atividade regulatória incessantemente renovada a fim de dar continuidade à ordem capitalista.

Neste sentido, o Estado capitalista moderno não resulta apenas de uma construção que espelhe sem desvios a vontade das classes dominantes, incorporando igualmente instituições e práticas que têm sua origem na ação política e social das classes dominadas. Quanto mais é democrática uma sociedade, mais permeável é sua forma de Estado às demandas das instituições da sociedade civil, mesmo que, ao aceitá-las, esteja na intenção de seus dirigentes exercer um tipo qualquer de controle sobre estas instituições. A crescente complexificação da vida social, com a necessidade de ampliar a intervenção do Estado sobre a economia, a vida urbana, a saúde, a educação, etc., as lutas dos movimentos sociais, especialmente do sindicalismo, dos partidos políticos operários e populares, tem provocado um alargamento inédito nas funções do Estado e de sua burocracia.

Sem dúvida que este processo de gigantismo estatal propicia o surto de novos complicadores para a democratização da vida social, ainda mais sensível quando é baixo o nível de organização da sociedade civil. Contudo, num contexto de uma institucionalidade democrática, a ação de instituições como os sindicatos, os partidos operários e demais partidos democráticos, além de outras organizações, como, em certos casos, a Igreja, certas organizações de intelectuais (a Universidade, por exemplo), entre outras, pode forçar a sua penetração no interior do Estado, impondo sua progressiva democratização com o respaldo do movimento de massas e de uma ampla coalizão política.

2. Tomando-se o movimento político-militar de 1930 como ponto de referência para a constituição do Estado que conhecemos hoje, em nosso país, pode-se sustentar que ele nasce com uma forte vocação interventora sobre a sociedade. Intervir para induzir o primado da indústria, deslocando o eixo dinâmico da economia das atividades de agroexportação, que, como a recente crise de 1929 evidenciara, não consistia mais num setor sobre o qual se pudesse levantar um projeto de nacionalidade. As crises sociais e políticas dos anos 20, com as greves operárias de 1917, 1918 e 1919, a rebelião tenentista de 1922, o levante de São Paulo de 1924, com a subsequente marcha da Coluna Prestes, a Semana de Arte Moderna, a criação do PCB, a mudança verificada na ação social da Igreja, puseram a nu o grau de particularismo da ordem oligárquica e sua incapacidade de incorporar os novos seres sociais e políticos vindos à superfície com a urbanização e a diferenciação da vida social, provocadas, em última análise, pelo próprio êxito da economia agroexportadora.

Tratava-se de criar um mercado nacional de bens e de força de trabalho e de estabelecer uma infra-estrutura que viabilizasse a emergência do capitalismo industrial. Industrialização e ideologia do trabalho são as tarefas que o Estado assume para si, constituindo-se sob a forma de um Estado corporativo, autoritário e antiliberal, a fim de se assegurar das condições para exercer um efetivo controle e uma ação interventora eficaz sobre a sociedade. Amplia-se a cidadania, mas se inibe sua liberdade através do sindicalismo corporativo, num quadro institucional em que as greves são consideradas como um recurso anti-social. O Estado invade a sociedade, disciplinando-a e adequando-a a seus fins de modernização capitalista.

A introdução, porém, da forma nova de Estado não significou uma rotura contra o mando oligárquico nem importou uma elevação da participação política das massas populares. Por meio da regulação de sua cidadania, a ordem corporativa mostrou-se capaz de incorporar apenas os assalariados urbanos – fora os trabalhadores do campo –, mantendo-os à tutela estatal. A velha coalizão oligárquica foi preservada, os próprios dirigentes do novo Estado originários de elites latifundiárias do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, enquanto que os *tenentes*, incorporados por ele e dirigindo as interventorias nos diferentes Estados da Federação, acabaram por se confundir com as oligarquias locais. Não se alterou a propriedade da terra, manteve-se o controle tradicional dos latifundiários sobre os trabalhadores do campo, enquanto que os da cidade, como já se disse, passaram a ter sua vida regulada pelas instituições corporativas.

15

A democratização de 1945 trouxe o Parlamento, os partidos políticos e as eleições e a revalorização dos direitos individuais em relação ao Estado. Mas a coalização entre as classes e as elites conservadoras permaneceu intocada, e, mais que isto, apoiada em mecanismos institucionais que garantiam sua reprodução. Por dispositivo constitucional impedia-se, na prática, qualquer projeto de reforma agrária, uma vez que o texto da lei falava que as desapropriações de terra somente poderiam realizar-se mediante prévia indenização em dinheiro. Noutra parte, a Constituição dispunha que as emendas ao seu texto deveriam compreender 2/3 dos votos congressuais, enquanto que dispunha, ao tratar do tema da representação política na Câmara Federal, no sentido de ampliar a representação dos Estados atrasados em detrimento dos avançados. Assim, e levando-se em conta que a representação era calculada em função do número de habitantes e não dos eleitores, fazia-se inviável qualquer tentativa de reforma que atingisse os interesses da velha coalizão conservadora no poder.

Imprimiu-se sobrevida à estrutura corporativa sindical, regulou-se restritivamente o direito de greve, manteve-se sob controle do coronelismo local os trabalhadores do campo. As instituições da democracia representativa ressurgem qualificadas pela estrutura corporativa, constituindo-se uma ambigüidade no sistema da ordem que logo se mostrará disfuncional. Fato evidente a partir do segundo governo Vargas, quando o Executivo inicia um processo de interpenetração das classes subalternas em torno da questão nacional, resultando num afrouxamento dos mecanismos de controle da estrutura corporativa. Tal afrouxamento propiciou uma crescente automatização do sindicalismo, permitindo-lhe, por sua vez, realizar uma interpelação do conjunto dos trabalhadores da cidade e dos campos tendo como centro o tema social. O nacional e o social confluem, portanto, para o interior da estrutura corporativa, num progressivo processo de conflito com o parlamento, ilustrado pelos 200 projetos de reforma agrária que aí tramitaram e não obtiveram aprovação, conflito que se consolidou na oposição à época: "reformas estruturais na lei ou na marra".

O triunfo de 1964 significou a preservação da coalizão entre novas e velhas elites, garantindo a natureza excludente do Estado e do sistema da ordem. Manteve-se, mais uma vez, a estrutura corporativa, fechados, porém, seus canais de comunicação com o Estado (vide, por exemplo, a unificação da Previdência Social e a eliminação, em sua gestão, da participação do sindicalismo), retomando-se o padrão estado-novista do seu funcionamento. Doutra parte, as instituições da democracia representativa se viram cerceadas pela ação ditatorial do Estado que veio a se expressar através de atos institucionais, extraíndo do Parlamento seu poder real.

O estrito controle político transcendeu a questão das classes subalternas, atingindo também as elites, legitimando-se o novo regime na busca de fins econômicos, basicamente na expansão da acumulação capitalista. Tal controle, contudo, mostrou-se contraditório: quanto mais se impunha a modernização econômica, mais se constituíam novos seres sociais, redefinindo-se a identidade de outros, como com a classe operária do ABC, os trabalhadores assalariados do campo, os intelectuais assalariados e o novo empresariado, principalmente em São Paulo. Suas demandas, para serem explicitadas, ou se chocavam (caso do movimento dos assalariados urbanos) ou evitavam (caso dos empresários de São Paulo) a estrutura corporativa, debilitando-a como recurso institucional, enquanto que tendiam a procurar o Parlamento, que assim se via reforçado.

A revitalização das instituições da democracia representativa empreendida pela sociedade civil, em contraste e em conflito com o regime autoritário, e a partir das suas reivindicações específicas, abriu o processo, hoje em curso, da transição para a democracia. Transição que compreende a democratização do Estado e de suas relações com a sociedade civil, e que, do ponto de vista democrático e popular, implica associar a conquista da democracia política com a pauta de demandas dos movimentos sociais, no sentido de aprofundar progressivamente a democratização do Estado e da vida social.

3

16

OS PARTIDOS POLÍTICOS
E A LUTA PELA
DEMOCRACIA NO BRASIL

BOLIVAR LAMOUNIER

OS PARTIDOS POLÍTICOS E A LUTA PELA DEMOCRACIA NO BRASIL

Bolívar Lamounier

Nesta discussão sobre partidos políticos e democracia, tomarei como base algumas observações sobre a experiência brasileira recente. A partir daí farei comparações com outros períodos de nossa história e com outros países, tendo em vista um entendimento mais geral da questão partidária.

Farei três observações sobre a experiência brasileira dos últimos anos, na seguinte ordem:

1. o impacto das transformações sociais ligadas à industrialização e à urbanização sobre a atividade política;
2. algumas tendências atuais da organização partidária;
3. certas ambigüidades de caráter conceitual e ideológico, ou seja, ambigüidades enraizadas na cultura política brasileira, acerca do papel dos partidos e de como devem atuar com vistas a consolidar a democracia no Brasil.

1. A magnitude das mudanças sócio-econômicas

Quem estudar a história brasileira, verá que nenhuma das estruturas partidárias do passado deixou saudade e que seu "fracasso" (com ou sem aspas) foi quase sempre atribuído ao pouco amadurecimento das condições objetivas, isto é, da base sócio-econômica do país, que não permitiria a consolidação democrática. Este juízo é tão claro para o período 1945-1964 quanto para os períodos anteriores, isto é, quando se refere aos liberais e conservadores do Império, aos partidos republicanos estaduais da Primeira República e às diversas correntes, inclusive comunistas e integralistas que se iam organizando quando sobreveio o golpe do Estado Novo, em novembro de 1937. Ou seja, *em nossa experiência histórica*, a questão partidária esteve sempre ligada à superação do subdesenvolvimento extremo, ao efeito asfíxiante de nossa estrutura agrária baseada no latifúndio sobre a vida política e assim por diante. Julgamos, sempre, que entre nós não haveria "verdadeiros" partidos e, sim, agrupamentos personalistas e clientelistas, enquanto persistisse o "atraso" sócio-econômico e, conseqüentemente, o "atraso" cultural.

Esta maneira de ver as coisas está em parte ligada à influência de concepções ideológicas elaboradas nos anos 20 e 30 deste século - por exemplo, à influência do fascismo e do tipo de análise marxista que se fazia naquele período - mas não deixa de ter certo fundamento. De fato, partidos são organizações *especializadas* na intermediação política, na articulação e agregação de interesses diversificados, na representação desses interesses; organizações, enfim, que procuram controlar a seleção de candidatos para as funções parlamentares e outras e, desta maneira, influenciar a política geral do Estado. Neste sentido, pode-se aceitar a idéia de que os partidos políticos se tornam *possíveis* e, mais que isso, *necessários*, somente a partir de certo grau de complexidade da vida social e econômica. Ou seja, partidos políticos não são apenas um luxo democrático, são organismos indispensáveis a partir desse grau de complexidade. No mundo atual, poucos países podem dispensar por completo uma estruturação partidária - nem que seja sob a forma de um partido único, ou através de uma transformação no papel das Forças Armadas, que acabam funcionando, na prática, como partido. Estado rigorosamente *sem* partidos, isto é, sem partido nenhum e sem essa transformação das Forças Armadas, era, por exemplo, a Etiópia do imperador Haile Selassie I, que se auto-intitulava o Leão Conquistador de Judá. Com efeito, a Etiópia dos anos 50 tinha ainda 90% de sua força de trabalho ocupada na agricultura e nas atividades extrativas; a população adulta alfabetizada não chegava a 20%; e para candidatar-se a deputado a legislação exigia que o cidadão comprovasse a condição de proprietário e um nível de renda extremamente elevado, num país cuja renda anual por habitante era semelhante à dos Estados mais pobres do Nordeste brasileiro. Nessas condições, é evidente que toda a coordenação política passava pelo poder pessoal do imperador.

Este arrazoado introdutório tem a finalidade de ressaltar que não existe, hoje, no Brasil, qualquer possibilidade de se atribuir eventuais deficiências do nosso sistema de partidos ao "atraso" sócio-econômico. Que o país ainda é dependente e subdesenvolvido, não há dúvida; que ainda tem desigualdades sociais e níveis de pobreza absurdos, tampouco cabe dúvida.

Mas o desenvolvimento e principalmente a urbanização já avançaram de tal forma que hoje estão dadas todas as condições sócio-econômicas para a formação de partidos modér-

nos, de massa, com atuação permanente; e portanto todas as condições para o aprofundamento da prática democrática, visto que este aprofundamento é inseparável da formação e consolidação de partidos de massa. Obstáculos neste caminho existem, é claro, mas é importante entender que são, em primeiro lugar, obstáculos *políticos*, ligados à própria característica autoritária do sistema de poder dominante; e em segundo lugar obstáculos ideológicos, ou seja, ligados ao insuficiente enraizamento cultural da democracia e da luta partidária, no Brasil, como veremos adiante.

Esta questão do grau de "amadurecimento" das condições objetivas, vale dizer, das condições sócio-econômicas, pode parecer um pouco óbvia para quem vive em São Paulo, mas não para quem vive noutros Estados, no Nordeste, por exemplo. Por isso mesmo é que o ponto deve ser frisado mais uma vez. Estou dizendo duas coisas. Primeiro, que o velho costume de atribuir as deficiências dos partidos, sobretudo seu caráter clientelístico e personalista, à formação agrária do país, ao coronelismo, à exorbitância do poder privado nas suas formas tradicionais, etc., é hoje pouco convincente devido ao simples volume alcançado pelo processo de urbanização. O Brasil é hoje um país eminentemente urbano. Embora não possamos desconhecer que a estrutura agrária ainda se baseia na grande propriedade, no latifúndio, na miséria rural, *o peso da população no conjunto diminuiu de forma dramática*. Pelo censo de 1980, mais da metade da população vive em cidades de mais de 20 mil habitantes, ou seja, em núcleos urbanos de porte razoável.

Apesar da pobreza, do subemprego que caracteriza todas as grandes cidades, dos baixos níveis de escolaridade, não cabe a menor dúvida de que o efeito da urbanização sobre o comportamento político é liberador, e é tremendo. O exemplo do Nordeste nas eleições de 1982 é muito expressivo. Na Bahia e no Ceará, por exemplo, o PMDB perdeu as eleições, mas obteve *mais de dois terços dos votos* das capitais, Salvador e Fortaleza. Isto não vai ser sempre assim, é claro. Vai depender da atuação do partido, de seu posicionamento, de uma série de coisas. Cito, porém, o exemplo para ilustrar meu argumento geral de que já não é tão simples atribuir o baixo grau de desenvolvimento da vida partidária ao atraso e ao peso do latifúndio.

O segundo ponto é que essa enorme transformação, ao mesmo tempo que torna possível a vida partidária, torna-a também *indispensável*. O crescimento da população, a urbanização, a multiplicação de conflitos, tudo isso *politiza* a vida social em maior grau e aumenta as necessidades de intervenção do Estado. Essa complexidade torna essencial a presença de órgãos políticos que sejam capazes de agregar e compor interesses, de encontrar soluções abrangentes e não isoladas, ou setoriais. Esses órgãos não são apenas os partidos, mas o partido político é o principal; é a instituição que tem como vocação especializar-se justamente na representação e agregação de interesses de forma a transformá-los em medidas mais abrangentes e viáveis num prazo mais longo.

Esta observação toca diretamente no problema da relação entre partido e movimentos sociais. Ninguém pode negar a importância destes últimos como forma de participação de grupos sociais específicos, principalmente de grupos que se formam em função de problemas geograficamente localizados, num bairro ou região. Da mesma forma, ninguém pode questionar a importância e a necessária autonomia de outros tipos de organização, como as organizações sindicais ou profissionais. As relações entre tais movimentos e organizações, de um lado, e os partidos políticos, de outro, só serão saudáveis se forem tensas, pois a ausência de tensão corresponderia à sujeição peleguista daqueles a estes. O que não se pode é imaginar que movimentos sociais e organizações daquele tipo venham a desempenhar o papel de intermediação e coordenação desempenhado pelos partidos. Basta observar que o partido político surge na história moderna para ordenar o mecanismo da representação, isto é, para controlar o recrutamento de candidatos à função parlamentar, e para dar um mínimo de coordenação e previsibilidade à votação das medidas de maior alcance, aquelas que agregam muitos interesses cujas conseqüências se farão sentir por muito tempo e sobre grupos sociais distintos. Em praticamente todas as democracias representativas contemporâneas, os partidos detêm o *monopólio* do processo formal de seleção, ou seja, são os organismos que detêm a última palavra, através de suas convenções, na indicação de candidatos a cargos eletivos. Ora, imaginar que um movimento social ou sindicato venha a ter esse poder é o mesmo que imaginar a transformação desse movimento ou sindicato em partido. Assim como o sindicato monopoliza o poder formal de decretar a greve, o partido monopoliza o poder formal de selecionar candidatos. A diferença é fundamental e reflete uma série de outras diferenças básicas entre essas instituições e seus respectivos níveis de atuação.

2. A luta pela democracia: novas tendências na organização partidária brasileira

Até aqui falamos de partidos, de uma maneira geral. Passando a um nível mais concreto, torna-se necessária a distinção entre partidos e *sistemas de partidos*. Há sistemas de um partido, de dois partidos ou de muitos partidos. No Brasil, não tivemos a experiência do partido único ideológico, mas os partidos republicanos estaduais da Primeira República foram quase isso, partidos únicos no nível regional, amalgamando as oligarquias de cada Estado. Tivemos o pluripartidarismo de 1945 a 1964, no qual os principais partidos eram o PSD, a UDN e o PTB. Nesse período, como é sabido, o Partido Comunista obteve pela primeira vez na história brasileira sua legalidade, com a queda do Estado Novo, perdendo-a outra vez menos de

três anos depois. O antigo integralismo organizou-se no PRP (Partido de Representação Popular) mas nele se diluiu, mesclando-se com políticos clientelistas nos poucos Estados em que conseguiu alguma expressão. Com a extinção forçada desses partidos em 1965, através do Ato Institucional nº 2, tivemos o bipartidarismo imposto de cima para baixo: Arena e MDB foram criados como "organizações provisórias" mas perduraram até 1979, quando a reforma ligada ao projeto político do à época ministro Petrônio Portella deu surgimento aos atuais partidos.

O que nós certamente não tivemos, e que agora começamos a ter, é um sistema de partidos de massa (sublinhando os dois termos, sistema e de massa). Explico-me. Partidos de massa, ou partidos que procuram representar e arrematar grandes contingentes eleitorais e grupos de apoio, nós certamente tivemos. O próprio movimento integralista dos anos 30 pode ser citado como exemplo. O PTB do período pré-1964, de orientação mais progressista que o atual, teve um crescimento eleitoral notável, e as pesquisas mostram que sua votação era de fato proporcionalmente maior nas camadas de renda mais baixa dos Estados mais urbanizados. Com a notória exceção de São Paulo, visto que aqui o PTB nunca chegou a se firmar. Acho porém que o caráter singular da conjuntura que estamos vivendo é que, agora, partidos de massa deverão tornar-se a regra e não a exceção. Basta ver que quase toda a população adulta tornou-se população eleitora (com exceção, é claro, dos analfabetos, que andam pela casa dos 15 milhões). Esse gigantesco eleitorado (58 milhões em 1982) está concentrado, como disse, em grandes cidades. Então, a consolidação da democracia entre nós coincidirá necessariamente com a competição partidária em larga escala, isto é, com um sistema formado por partidos que tenderão a tornar-se partidos de massa, independentemente de sua orientação ideológica, de direita, de centro ou de esquerda. É inconcebível que as forças conservadoras e de direita queiram enfrentar eleições efetivamente democráticas organizando-se em meros partidos de notáveis (recorrendo mais uma vez à terminologia de Duverger, que contrapõe partidos de notáveis e partidos de massa) e em agrupamentos clientelísticos estaduais, como a Arena e o PDS. O impasse eleitoral que acossou o governo desde 1974 e que o levou a recorrer aos famosos e abomináveis casuísmos, que todos conhecemos, deve ter servido para transmitir-lhe exatamente esta lição. As forças que se contrapõem ao autoritarismo e ao status quo não precisam temer a luta eleitoral; havendo liberdade de organização e de disputa, não lhes faltam votos. Os partidos governistas (Arena e PDS) do período pós-1964 têm também uma base eleitoral considerável (nunca tiveram menos de 35% para a Câmara Federal), mas ninguém sabe o que ocorrerá com esta base em condições plenamente democráticas. Imaginar, portanto, o aprofundamento da democracia no Brasil, nos próximos anos, obriga-nos a imaginar uma expansão do sistema de partidos, ou seja, uma disputa em que todos os principais partidos procurarão tornar-se partidos de massa, com vínculos numerosos e permanentes com a sociedade, em vez de simplesmente dirigirem-se a ela por ocasião das campanhas eleitorais. Para isso terão de construir organizações de maior envergadura, mais complexas, com atuação contínua, baseada num corpo numeroso de militantes.

Ora, a moderna democracia representativa tal como a conhecemos na Europa e na América do Norte, com suas virtudes e seus defeitos, é justamente um subproduto da competição partidária no sentido acima referido. Na experiência brasileira recente, a própria luta pela redemocratização produziu efeitos nesse sentido, isto é, ajudou a atenuar a resistência antes existente em muitos setores sociais à participação em partidos amplos e internamente diversificados. Para se compreender adequadamente o alcance destes pontos, é conveniente inserir aqui um rápido retrospecto sobre o processo brasileiro de "abertura". Ao contrário da redemocratização recentemente ocorrida na Argentina, e há cerca de dez anos em Portugal e na Grécia, o processo brasileiro caracteriza-se pelo seu extremo gradualismo, para não mencionar seus freqüentes retrocessos e vacilações. Mesmo em comparação com a Espanha, cuja redemocratização foi também um processo político endógeno, não marcado por derrotas graves capazes de afetar a coesão e a credibilidade da corporação militar, o caso brasileiro diferencia-se por seu gradualismo. Podemos afirmar, inclusive, que a singularidade do processo brasileiro é o papel crucial nele representado pela luta eleitoral, reforçada, é claro, pela resistência da sociedade civil. O ponto básico, entretanto, é que no Brasil, a partir de 1974, o processo eleitoral não foi o símbolo e coroamento de um pacto de transição. Ao contrário, foi o ponto de partida, o mecanismo pelo qual se deu a agregação inicial de pressões contra o autoritarismo então vigente. Os resultados de 1974 sinalizaram o desejo de mudança que se formava no seio da sociedade, impulsionaram a organização da oposição em um partido político e reforçaram a disposição inicial do governo Geisel de implantar um projeto de liberalização controlada, que encontrava resistência nos setores mais intransigentes do regime.

Este processo de abertura pela via eleitoral, como disse, é algo singular, não sendo esta a oportunidade para uma análise mais aprofundada. Gostaria entretanto de indicar três fatores que o tornaram viável. Primeiro, o legado ideológico e institucional brasileiro, cujo caráter autoritário tem sido freqüentemente ressaltado nos últimos anos, contém também importantes componentes liberais, não sendo concebível, entre nós, a legitimação, em termos duradouros, de um sistema autoritário como o que se configurou na era Médici. Segundo, a complexidade da estrutura social e, especialmente, o grau de urbanização do país tornam perfeitamente viável a pressão democratizante pela via eleitoral (não obstante os "currais" clientelísticos ainda existentes nos Estados mais pobres), desde que haja um mínimo de liberdade

para a disputa. Terceiro, esse processo de abertura via eleições significava, no início, que a oposição estava na realidade disputando espaços, construindo sua organização político-eleitoral, na medida em que se batia pelo controle de um Poder Legislativo enormemente esvaziado em suas funções e prerrogativas. Este último ponto é fundamental, pois chama a atenção para o fato de que os níveis de poder mais decisivos para a questão democrática não se achavam realmente em jogo, de 1974 até 1982. Esses níveis são, primeiro, o Poder Executivo Federal, cujo controle pelo sistema dominante somente agora começa a apresentar-se como problemático; segundo, a orientação da política econômica, igualmente dependente do Poder Executivo Federal; terceiro, a tutela militar sobre o processo político, atenuada mas certamente não erradicada pelo governo Geisel.

Ora, o ponto a frisar é que, a partir da eleição de 1982, as oposições detêm recursos institucionais que afetam, ainda que gradual e indiretamente, estes três níveis da estrutura de poder, antes subtraídos ao alcance da disputa eleitoral. Não quero ignorar aqui os efeitos da recessão econômica, da desmoralização governamental, muito menos da mobilização popular, notadamente da campanha pelas diretas. Quero apenas sublinhar que, até mesmo nos termos da precaríssima legalidade vigente, as oposições detêm agora recursos políticos nada desprezíveis, que permitem prever importantes transformações nos próximos anos. Estas transformações poderão ocorrer, em tese, sem rupturas da ordem institucional, evitando-se o risco do retrocesso através da negociação respaldada no potencial hoje muito mais elevado de mobilização e pressão popular.

3. Aspectos ideológicos

Dissemos acima que a democracia representativa só se configura plenamente quando a competição eleitoral coloca em confronto partidos de ampla base social e, de maneira especial, quando a maioria da população adulta se incorpora efetivamente ao eleitorado e à participação política. A partir desse ponto, como bem o demonstram a experiência das democracias liberais européias e, na América Latina, o caso chileno, é que se pode falar em *continuidade* da organização partidária. Ou seja, a partir desta expansão ou efetiva nacionalização é que a vida partidária deixa de apresentar-se como mera dança de siglas formais, personalistas ou oligárquicas e adquire também maior capacidade de resistência à cooptação e à violência dos golpes militares. A continuidade a que nos referimos é também visível na trajetória eleitoral desses partidos. O declínio de alguns e a ascensão de outros tornam-se perfeitamente compreensíveis como ajustamentos de longo prazo a mudanças sócio-econômicas. Se observarmos, por exemplo, a história chilena até o período de Allende, veremos que o velho Partido Conservador declinou paulatinamente, de 1912 a 1965, de cerca de 20% para menos de 10% do total de votos. O Partido Liberal declinou de mais de 50% para cerca de 10% no mesmo período. Os partidos Democrata-Cristão, Socialista e Comunista seguiram uma trajetória claramente inversa.

Mas a democracia representativa, ou seja, o modelo pluralista e competitivo da democracia, requer também uma profunda transformação na *cultura política*, no sentido de se aceitar como normal e valiosa a pluralidade de forças políticas organizadas. Historicamente, este é o outro grande vínculo entre democracia e partido político: a idéia de *sistema* partidário, ou seja, a idéia de que é possível e legítimo organizar-se como oposição, de que opor-se ao governo não é sinônimo de sedição ou subversão armada. Esta idéia, como sabemos, aparece pela primeira vez com os acordos que encerram as guerras civis inglesas do século XVII, que põem fim aos chamados "grandes partidos" - nesta época isto queria dizer facções armadas, divisões da sociedade com base em grandes princípios inegociáveis, portanto o contrário do que hoje entendemos por partidos políticos. Durante todo o século XVIII, mesmo na Inglaterra, ainda é ambígua a distinção entre *partido* e *facção*, ou seja, entre a competição partidária legítima e a contraposição de facções sempre próximas da beligerância. O presidente George Washington dedicou seu discurso de despedida, de 1800, a um alerta à então jovem república norte-americana contra os riscos do que chamava o "espírito de partido". Condenava-se, nessa época, a "oposição formada", isto é, uma oposição permanentemente organizada em partido - o sentido que hoje consideramos habitual. Mas é justamente nos Estados Unidos, três ou quatro décadas depois, que se torna evidente essa grande invenção histórica: a competição pacífica entre grandes forças políticas, permanentemente organizadas, mantendo contatos freqüentes com núcleos locais.

Estas observações sugerem que a complexidade a que nos referimos no início como condição para a formação e consolidação de partidos tem como base a estrutura sócio-econômica, mas é também de caráter político e ideológico. Mesmo uma sociedade de menor escala será "complexa" se nela prevalecer o desejo de evitar a violência e o autoritarismo, a disposição de reconhecer a cidadania dos adversários, enfim a disposição de tratar as divergências de interesses e de opiniões como problema político e não como contenda a ser resolvida pela força.

BIBLIOGRAFIA

1. Giovanni Sartori, *Partidos e Sistemas de Partidos*. (Rio de Janeiro: Zahar/UnB, 1982.)
2. Maurice Duverger, *Os Partidos Políticos*. (Rio de Janeiro: Zahar/UnB, 1980, 2ª edição.)
3. Maria do Carmo Campello de Souza, *Estado e Partidos Políticos no Brasil*. (São Paulo. Editora Alfa-Ômega, 1976.)
4. Bolivar Lamounier, "Apontamentos sobre a Questão Democrática Brasileira", Textos IDESP (no prelo).

4

22

MOVIMENTOS SOCIAIS

J. A. GUILHON ALBUQUERQUE

MOVIMENTOS SOCIAIS

J. A. Guilhaon Albuquerque

Milhões de pessoas, em todo o Brasil, saíram às ruas, durante vários meses, para manifestar a vontade coletiva de eleições diretas, para reivindicar mudanças políticas e econômicas, para expressar repúdio ao regime. A campanha das *diretas já* constitui o exemplo mais recente de movimento social que tivemos no Brasil. Nesse movimento, milhões de pessoas deixaram seus afazeres cotidianos para lutar pela realização de objetivos que, de outra maneira, sem essa mudança de conduta, não teriam chance de concretizar.

Para isso, manifestou-se a identificação coletiva com uma idéia, através de toda sorte de símbolos, desde os mais abstratos, como a cor amarela, até os mais concretos, como faixas, cartazes, decalques. Além do mais, todo tipo de veículo foi usado para expressar e divulgar essa idéia, desde pichações até livros, passando por propaganda na televisão e reuniões públicas. E os inimigos desse movimento, assim como os obstáculos a essas idéias, foram publicamente apontados, servindo de alvo a críticas e ataques dos mais variados, como caricaturas, piadas ou *slogans* ofensivos, tais como os que foram usados contra Maluf e Figueiredo - simbolizando os principais inimigos - e o Colégio Eleitoral - identificado como o obstáculo maior às eleições diretas.

Muitos outros exemplos de movimento recentes poderiam ser lembrados facilmente, tais como a campanha pela Anistia, o movimento pela Constituinte, a série de greves operárias no ABC paulista, o movimento contra o custo de vida, o movimento de creches, os movimentos de bairros periféricos por melhores condições de vida, etc. Todos esses movimentos apresentam certas condições comuns, apesar de variarem muito em diversos aspectos.

Uns são nacionais, como o movimento das *diretas já* e a campanha pela Anistia; outros são bem localizados, como o movimento de um bairro por melhorias urbanas ou reivindicação de serviços para aquele bairro. Alguns abarcam a população quase inteira, como o movimento das *diretas já*; outros se restringem a grupos organizados e politizados, como o movimento pela Constituinte; outros, ainda, compreendem categorias sociais definidas pela ocupação, como as greves operárias ou os movimentos de professores ou funcionários; outros, enfim, compreendem categorias sociais definidas culturalmente ou socialmente, como o movimento negro ou o movimento feminista. Alguns têm objetivos muito gerais e de longa duração, como o movimento operário, ou como os movimentos negro e feminista, outros têm objetivos imediatos e precisos, como os movimentos de creches. Alguns cessam depois de obterem plena satisfação do que buscam, outros desaparecem com pouco ou nenhum resultado positivo. Outros, ainda, permanecem independentemente de obter ou não resultados.

Apesar de toda essa variação, estes movimentos podem ser chamados movimentos sociais porque são comportamentos coletivos mais ou menos duradouros que apresentam três características básicas que podem ser identificados a partir de três perguntas simples: quem somos nós? por que lutamos? contra quem? Se quisermos aplicar estas três perguntas a todos os exemplos de comportamentos coletivos com objetivo de mudança de que possamos lembrar, verificaremos facilmente, em primeiro lugar, que as perguntas têm sempre sentido e que podem ser respondidas de modo mais ou menos preciso. Entretanto fica claro, também, que nem sempre as três perguntas têm resposta ou, pelo menos, podem ser respondidas com igual clareza. Como veremos adiante, a maior ou menor capacidade de responder, com mais ou menos clareza, a estas três perguntas permite avaliar a força e a viabilidade de sucesso de um movimento social.

Quem somos nós? A resposta a esta pergunta constitui o elemento essencial dos movimentos sociais. É o que lhe confere força e amplitude de atuação. *Nós*, isto é, o conjunto das pessoas que se identificam com o movimento, com sua idéia de mudança e participam de suas atividades, constitui a base social do movimento, definida pelo que se pode chamar de "princípio de identidade". Quando a resposta a *quem somos nós?* se restringe aos moradores de uma rua, o grau de coesão e de participação pode ser máximo, mas a base é evidentemente muito estreita, pois pode excluir até moradores da rua vizinha. Ao contrário, bases sociais muito amplas implicam princípios de identidade menos específicos, diminuindo o grau de coesão e a intensidade da participação. Assim, por exemplo, o movimento pelas *diretas já*, em princípio, tem a base social mais ampla possível em um país, pois seu princípio de identidade é a *cidadania*, já que todos os cidadãos, em princípio, têm interesse em exercê-lo.

Muitos movimentos coletivos não são propriamente movimentos sociais, dada sua incapacidade teórica ou prática de responder à pergunta *quem somos nós*, isto é, dada sua incapacidade de definir uma base social. Isto pode dever-se a duas razões principais, freqüentemen-

te superpostas: ou porque o *nós* é demasiado amplo e abstrato, abarcando em princípio a todos, e portanto não sendo capaz de diferenciar quem faz parte ou não de base social, ou porque o *nós* não é definido por critérios propriamente sociais. No primeiro caso, estão movimentos que tiram sua força, mas ao mesmo tempo sua fraqueza, de sua luta em torno de entidades abstratas e genéricas, tais como "todos os homens de boa vontade" ou "a humanidade". Sua força está, evidentemente, em que todos se podem identificar com a "humanidade", e, portanto, fazer parte de sua base social. Mas sua fraqueza está em que é impossível, havendo controvérsia, determinar quem fala em nome da humanidade. E só há movimento social quando há controvérsia sobre os rumos a tomar em determinadas mudanças.

Movimentos desse tipo tendem a obter sucesso quando, em nome de seu princípio genérico de identidade, conseguem definir uma base social mais específica e determinar com clareza quem *somos nós*. Assim, um movimento ecológico não tem em geral base social definida. Mas um movimento local de inspiração ecológica pode perfeitamente obter resultados e vitórias concretas. Neste caso, por exemplo, *nós* será um conjunto de moradores afetados pela poluição de uma fábrica; *ela* será uma empresa determinada ou o poder público; e o sentido da luta será diminuir ou controlar a poluição sem diminuir os empregos.

Mas há movimentos cujo princípio de identidade não é *social*, mas pode ser *metassocial*, isto é, aquele que se define por critérios aquém ou além da sociedade. É o caso de movimentos racistas, cujo princípio de identidade é por assim dizer "natural". É também o caso de movimentos religiosos ou místicos, em que o princípio de identidade é sobrenatural, isto é, algum tipo de vocação ou chamamento divino. É claro que ninguém – a não ser algum auto-intitulado intérprete da natureza ou porta-voz dos deuses – pode nesses casos decidir o principal, isto é, *quem somos nós?* Ninguém, nem mesmo os próprios participantes, já que são (ou não) considerados *nós* por algum critério que não controlam e que freqüentemente ignoram.

Fica claro que a potencialidade dos movimentos sociais depende estritamente de sua base social, logo de seu princípio de identidade. Ela será maior quanto mais amplo for esse princípio e quanto maior for sua capacidade de discriminação. Esses dois critérios são opostos e contraditórios, portanto o mais freqüente é os movimentos sociais terem bases estreitas, precisas e coesas ou base ampla, mas difusa e frouxa. O ponto de equilíbrio só é possível quando os movimentos sociais se identificam a partir de princípios baseados em critérios sociais objetivos e universais.

São critérios sociais aqueles que são determinados socialmente, tais como o nível de renda, o grau de escolaridade, o tipo de ocupação profissional, e aqueles que são empregados para diferenciar os indivíduos ou grupos do ponto de vista social ou político, como a nacionalidade, o sexo, a cor. O critério social objetivo mais fundamental nas sociedades modernas, e que tem desempenhado o papel mais importante na definição das bases dos movimentos sociais, é a classe social. Mas em outras sociedades, e até mesmo nas sociedades capitalistas mais avançadas, têm ocorrido também movimentos sociais baseados na religião, na cor, na cultura, na origem étnica e até na língua falada por determinados setores da população.

Por que lutamos? A resposta a esta pergunta determina o que se pode chamar de princípio de totalidade, o que dá sentido e orientação para o conjunto de atitudes, práticas e opções coletivas, quase sempre esparsas e descontinuas, que dão corpo a um movimento. Isto porque obviamente nem todas as ações de todos os membros de uma base social podem ser consideradas como fazendo parte daquele movimento, mas apenas aquelas que repercutem na consolidação da base social, na derrota do adversário ou superação dos obstáculos e, portanto, na concretização do princípio de totalidade.

Por que lutamos é uma questão que pode variar muito de amplitude. Não se trata, porém, de um objetivo ou de uma finalidade, mas é o princípio que permite definir esses objetivos ou finalidades. Assim, o princípio de totalidade de um movimento de bairro pode ser "condições decentes de moradia e salubridade". É em função desse *por que lutamos* que se definirão objetivos mais concretos e imediatos, tais como a regularização da coleta de lixo, a canalização de esgoto ou a extensão de linhas de transporte coletivo. Um movimento grevista terá como princípios a melhoria salarial, as condições de trabalho ou a dignidade profissional. Um movimento político terá como princípio a restauração da plenitude democrática ou o reconhecimento de nossos direitos.

Vemos, assim, que *por que lutamos* aponta sempre para uma *situação nova*, encarada como melhor, superior ou mais justa, à qual a base social aspira atingir. Princípio de totalidade deve, portanto, ser entendido como o que dá sentido global aos diferentes aspectos, atitudes, direitos e conquistas que caracterizam essa *situação nova*. Ela pode ser a "liberdade sindical", o "regime democrático-representativo com participação popular" ou pode ser o "reino dos justos", o "reino dos céus", etc.

Esta *situação nova* é reivindicada e esperada justamente porque se considera que a atual situação constitui uma situação de desordem ou de injustiça, ou de violência em detrimento da base social. E um dos primeiros passos para o desencadeamento de um movimento social é tomar consciência de que essa situação de desordem não é natural, mas é determinada por fatores sociais, isto é, de que existem *obstáculos* exteriores à vontade dos indivíduos que se consideram vítimas daquelas situações.

Podemos, assim, caracterizar um movimento social como uma base que se põe em movimento para alcançar uma situação nova, melhor e mais justa, e para isso luta para superar determinados obstáculos, combatendo os responsáveis por aqueles mesmos obstáculos.

25

É tão importante definir *por que lutamos* como *quem somos nós*, sugestões aliás estritamente vinculadas. Sem uma definição do princípio de totalidade – isto é, *por que lutamos?* qual a *situação nova* que desejamos instaurar? – os movimentos coletivos permanecem no nível do *particularismo*, não constituindo movimentos sociais. Tendem a definir objetivos imediatos, concretos e restritos. Com isso, obtendo satisfação ou não, a tendência é que esses movimentos se desfaçam.

Também o princípio de totalidade pode ser definido por meio de critérios metassociais. É o caso dos movimentos místicos, em que a resposta ao *por que lutamos* é um reino sobrenatural, isto é, a *situação nova* está num horizonte além da história, que depende muito mais dos desígnios divinos do que da vontade dos homens.

Ao contrário, quanto mais o princípio de totalidade for definido por critérios sociais, quanto mais a situação nova estiver historicamente ligada à situação atual, tanto mais claro será saber *por que lutamos*. O movimento das *diretas já*, no auge de sua capacidade de mobilização, mostrou que a justeza de uma proposta é um requisito básico de um movimento, mas é indispensável também o sentimento de sua viabilidade. Assim, *por que lutamos* deve não só apontar para uma ordem justa mas também para uma ordem possível.

Contra quem? Não basta saber quem somos nós e por que lutamos. É preciso também saber designar os adversários que se deve combater. Sim, porque não haveria movimento social se bastasse o desejo da maioria – mesmo da esmagadora maioria – para impor uma mudança social ou política. Os movimentos sociais existem porque a realização de uma nova ordem social e política, por mais justa e universalmente desejada que seja, sempre encontra obstáculos em interesses contrários, daqueles que objetivamente se beneficiam com a ordem vigente.

Algumas dessas contradições de interesses são conjunturais, isto é, podem desaparecer mudando as condições específicas que as cercam. É o caso das contradições entre os interesses de favelados e os de moradores pobres de bairros vizinhos, no que diz respeito à posse das áreas públicas por invasores sem casa. É óbvio que com soluções mais adequadas para o problema habitacional essas contradições podem deixar de existir.

Mas há contradições que são chamadas estruturais, porque elas decorrem do próprio modo de constituição e funcionamento das sociedades modernas. Considera-se o movimento operário um movimento social que exprime contradições desse tipo, entre a propriedade privada dos meios de produção e o caráter coletivo da produção industrial. Algumas consideram que as contradições de interesses entre os países industrializados avançados e os novos países industrializados também seriam de natureza estrutural. Outros, ainda, consideram estruturais as contradições entre as superpotências.

Na prática, entretanto, essa distinção não tem muito interesse porque os movimentos sociais sempre se passam em situações conjunturais concretas, em que os adversários e a base social do movimento se definem sempre em termos de grupos ou categorias sociais concretas, tais como partidos ou tendências dentro de partidos, associações, grupos da população, etc.

A definição do adversário é tão fundamental quanto a de *quem somos nós* e *por que lutamos*. Sem ela, corre-se o risco de atacar o adversário errado ou de aliar-se com falsos amigos. De novo, a abstração é a pior inimiga da definição do princípio de oposição. Quando se combate o "pecado", o "crime", a "corrupção", a "subversão" e outras entidades abstratas, corre-se o risco ou de confundir adversários e aliados, ou de cair no pior arbitrio. O primeiro caso ocorre quando se coloca no mesmo nível todos os tipos e graus de corrupção, para dar um exemplo, e com isso tende-se a emaranhar-se com as miúdas deixando escapar as grandes, ou exterminam-se os pequenos criminosos que apenas vicejam à sombra dos grandes – estes deixados incólumes. O segundo caso é aquele da definição tão ampla que acaba incluindo todo mundo, como ocorre com o conceito de subversão dentro da ideologia da Segurança Nacional.

A melhor definição do adversário é obviamente a do princípio de oposição que permite determiná-lo de maneira inequívoca, e isto ocorre de preferência quando o princípio de oposição é aquele que se opõe ao princípio de identidade no campo do princípio de totalidade: em outras palavras, é o obstáculo mais direto às realizações da situação nova por que lutamos.

O movimento das *diretas já* mostrou muitas vezes essa incapacidade de companheiros da oposição de definirem com clareza o adversário. Frequentemente atacavam membros pró-diretas do PDS que ali se encontravam na mesma luta, e até viajavam seus próprios companheiros de oposição. Alguns movimentos sociais, de caráter místico, tendem a ter essa particularidade de excluir mais do que incluem, de definir a própria base social por exclusão e exagerar na escolha de adversários. Isto é, em vez de crescerem pela ampliação e inclusão de novas bases, sentem-se mais fortes quanto mais identificam companheiros como verdadeiros adversários, mantendo-se num esplêndido isolamento.

Ao contrário, as chances de sucesso de um movimento aumentam quanto mais se reduzem o número e o poderio de seus adversários. É obviamente melhor e mais viável isolar o *Maíufismo* e o grupo palaciano irredutível na manutenção do regime, e ter do seu lado aurelianistas, petebistas e até andreazzistas, do que isolar-se do conjunto das oposições acusando-os de traição.

Alguns tipos de movimentos são mais comuns e são facilmente identificáveis, são os grupos de pressão, os movimentos de idéias e os movimentos por oposição.

Os grupos de pressão são mais freqüentes entre os setores dirigentes, mas também ocorrem em movimentos sociais de base. São aqueles dotados apenas de princípio de identidade. Não têm princípio nem desígnio adversários precisos. São os *lobbies*, por exemplo: sua ação se restringe à realização de interesses daquele grupo, e por isso são extremamente pragmáticos, aliam-se com qualquer um e fazem quaisquer concessões em troca das vantagens que pretendem. Seu princípio de identidade é "quem não está contra nós, está conosco". É muito comum a atuação de grupos de pressão dentro dos partidos políticos. Por oposição aos grupos "ideológicos", aqueles que se agrupam em torno de idéias, os grupos de pressão ficaram conhecidos na história política recente como "fisiológicos".

Outro tipo são os movimentos por oposição. Trata-se de movimentos defensivos que se opõem a determinadas medidas ou a determinados grupos. Tampouco têm princípios, embora usem um fraseado aparentemente ideológico. Sendo movimentos defensivos, são em geral conservadores, embora possam ter a aparência de progressistas. Tendem a ver adversários em toda a parte e a recorrer com muita freqüência à simbologia. A TFP e os movimentos anticomunistas são deste tipo. Seu princípio de oposição é: "quem não está conosco está contra nós".

Já os movimentos de idéias se caracterizam por não ter base social nem adversários, apenas um princípio de totalidade que, portanto, não tem conteúdo social, daí o nome de movimento de idéias. Eles podem ser utópicos, isto é, definir situações ideais sem relação possível com a situação atual e, portanto, imaginárias. Podem ser também metassociais, isto é, definir princípios de totalidade baseados em determinações naturais ou em desígnios extra-terrenos. Podem ainda ser movimentos baseados em idéias sem relação direta com as contradições sociais básicas, como os movimentos culturais.

Obviamente, os movimentos sociais no sentido estrito da palavra, isto é, aqueles que provocam mudanças sociais objetivas, alcancem ou não suas finalidades imediatas, são aqueles que reúnem os três princípios - identidade, oposição, totalidade - sendo capazes de definir inequivocadamente quem somos nós, por que lutamos e contra quem. Por isso mesmo os movimentos sociais mais importantes e politicamente decisivos são aqueles que reúnem um movimento de idéias, um grupo de pressão e um movimento por oposição. Porque têm uma base social definida, um ideário claro e viável, e adversários bem determinados e limitados.

Isso entretanto não depende da vontade dos movimentos sociais, ou de seus participantes, mas das condições sócio-econômicas da sociedade como um todo. Nas sociedades agrárias, como foram em grande parte as sociedades medievais, prevalece um misto de movimentos de idéias e movimentos por oposição, que combatem certos aspectos mais injustos da ordem senhorial, mas não a ordem como um todo. Isto é, seu princípio de totalidade é o mesmo de seus adversários, a ordem agrária, a propriedade fundiária. Esses movimentos se caracterizam por súbitas explosões de violência, seus alvos são limitados a grupos ou pessoas, freqüentemente a uma propriedade mais simbólica. Mas não criam nem buscam criar uma ordem nova.

Na passagem das sociedades agrárias para as sociedades industriais, esses movimentos - essencialmente defensivos e de oposição à nova ordem - voltaram a ser muito freqüentes, sobretudo em resposta à modernização das relações de produção na agricultura, em decorrência da nova ordem capitalista.

O começo do movimento operário também suscitou movimentos desse tipo. Em parte porque a mão-de-obra operária provinha da população recentemente urbanizada de origem camponesa. Em parte porque a introdução da produção fabril veio desorganizar as profissões manuais. Com isso surgiram movimentos por oposição, de caráter defensivo, que designavam como adversário o maquinário e reivindicavam o retorno à produção individual.

Também surgiram, ligados ao início do movimento operário, movimentos de idéias que Marx chamou de socialismo aristocrático e socialismo utópico, porque não possuíam base social operária e defendiam idéias de ordens sociais mais justas, mas sem levar em conta as condições sociais objetivas existentes, que apontavam para o desenvolvimento da produção industrial.

Data dessa época o surgimento dos verdadeiros movimentos sociais, isto é, aqueles que, mediante critérios sociais objetivos, mobilizavam bases sociais concretas, contra adversários determinados, em vista da constituição de uma nova ordem surgida das próprias contradições que determinavam a ordem antiga. Trata-se das revoluções burguesas e as revoluções liberais que derrubaram os antigos regimes absolutistas e implantaram as democracias representativas que conhecemos hoje. Trata-se também dos movimentos operários que lutam por uma ordem social igualitária sem subordinação do trabalho ao capital privado e que resultou em regimes socialistas e social-democratas.

No Brasil, a evolução recente dos movimentos sociais esteve muito estreitamente ligada à relação entre o Estado e a sociedade. No período anterior ao golpe autoritário de 1964, o Estado procurou antecipar-se deliberadamente aos movimentos sociais, com o objetivo de controlar suas reivindicações e utilizar sua mobilização como base de apoio político. Era uma estratégia para canalizar os conflitos e controlar as mudanças.

A tendência que predomina é a dos movimentos sociais (inclusive o movimento sindical) tornarem-se grupos de pressão, que tomam o Estado como interlocutor direto e dele recebem benefícios particularistas, e até mesmo conquistam direitos, que no entanto são outorgados

22

como benefícios. Esses movimentos contam em geral com lideranças pragmáticas, destituídas de princípios, mas voltada para a conquista exclusiva daqueles benefícios.

Depois do golpe de 1964 o Estado optou pela repressão pura e simples dos movimentos sociais, considerando que a boa ordem deveria derivar única e exclusivamente de sua própria clarividência e não de eventual canalização dos conflitos. Com isso deixou também de controlar os movimentos sociais. Estes se caracterizam, em todo o período autoritário mais fechado, por uma atitude tipicamente de oposição e de defesa, ora tipicamente de grupo de pressão. Mas a possibilidade de transformar-se em movimento social mais amplo, com princípio de totalidade claramente definido e com objetivos políticos, era inviabilizada pela própria repressão, que provocava o temor à política, impedindo o alcance de um âmbito mais extenso de atuação e obrigava ao confinamento em pequenos grupos de vizinhança.

Ocorre, entretanto, que as grandes mudanças sociais não são a soma de pequenas mudanças parciais e locais e, portanto, não serão o resultado de movimentos de oposição ou de grupos de pressão limitados e isolados. A melhor mostra disso é o movimento das *diretas já*, que nasceu imediatamente colocado como movimento político, ligando a grande maioria da cidadania contra um punhado de adversários poderosos mais isolados, em nome da plenitude democrática e das inadiáveis mudanças sociais e econômicas. Não foi a soma de pequenas reivindicações mas, ao contrário, a fonte de legitimidade de reivindicações específicas, tais como as mudanças legislativas nas políticas econômicas e nas políticas sociais propostas pelo conjunto das oposições.

Este fato vem mostrar, também, o papel dirigente dos partidos políticos quando se trata de ultrapassar o nível de grupos de pressão e de movimentos de idéia ou movimentos de oposição, para atingir o nível de movimentos sociais que, para provocarem verdadeiras mudanças, precisam organizar-se como movimentos políticos.

(5) 28

A RESPONSABILIDADE QUE NOS CABE

CELSO FURTADO

A RESPONSABILIDADE QUE NOS CABE

Celso Furtado

O que verdadeiramente caracteriza a época atual não é propriamente a crise generalizada – financeira, econômica, institucional, administrativa – que nos aflige como povo e como indivíduos. O traço mais saliente desta época está no elevado grau de percepção que temos do que está ocorrendo.

Em nossa história assinalam-se outras crises de grande magnitude, como a dos anos 90 do século passado e a dos anos 30 deste século, para citar duas que marcaram nossa evolução econômica e de alguma maneira configuraram o que somos hoje. Mas carecíamos então de informação atualizada e coerente sobre o que estava ocorrendo. Éramos mais espectadores do que atores de nossa história. O rumo que iam tomando os acontecimentos refletia choques e acomodações de interesses de grupos e também o impacto de personalidades, ocasionalmente exercendo o poder político. Inexistia uma percepção clara do alcance histórico das decisões que estavam sendo tomadas e menos ainda uma consciência crítica das oportunidades perdidas.

Hoje, tudo é transparente para quem deseja ver. Dispomos de dados mensais ou trimestrais sobre o comportamento de praticamente todas as variáveis relevantes. E temos um conhecimento não menos preciso da evolução do contexto externo, do que ocorre nas economias que exercem um papel dominante na cena internacional. Somos, portanto, muito mais responsáveis diante das gerações futuras do que aqueles que nos antecederam.

Ninguém ignora que a maneira como enfrentamos a crise presente afeta muito mais as próximas gerações que a nós mesmos. Sabemos que está em jogo o que será o Brasil no primeiro quartel do próximo século.

Em realidade, o que chamamos de crise outra coisa não é senão um processo de aceleração da História. Nesses períodos, um número maior de decisões assume o caráter de irreversibilidade. Querendo ou não, consciente ou inconscientemente, somos forçados, nesses períodos, a tomar decisões que modificam a fundo a matriz estrutural do sistema econômico.

Vejam algumas das decisões que estão sendo tomadas neste momento por um reduzido grupo de tecnocratas e que marcarão profundamente o futuro deste país.

A economia das grandes nações industriais atravessa presentemente uma fase de reconversão caracterizada por baixa na taxa de crescimento do produto e pela manutenção de elevada taxa de investimentos em setores estratégicos. Em outras palavras: a freada ao nível das atividades produtivas não impede que se mantenha o esforço na frente tecnológica. É de admitir, portanto, que a competição internacional venha a intensificar-se no futuro. Se a isso se acrescenta que as facilidades na criação de liquidez internacional, que caracterizaram o passado recente não se repetirão nos próximos anos, pode dar-se por certo que o comércio internacional não retomará num futuro previsível o papel altamente dinâmico que lhe coube dos anos 50 até o primeiro choque petrolífero, em 1973.

Uma das decisões estratégicas a serem tomadas em nosso país, neste momento, envolve a seguinte alternativa: insistiremos em aumentar nossa inserção no comércio internacional mediante o aviltamento dos preços do que exportamos ou tentaremos dinamizar nossa economia com base na expansão do mercado interno, à semelhança do que ocorreu nos anos 50? Se optamos pela primeira estratégia, como vem fazendo o Governo, e caso se confirme a prolongada perda de dinamismo no comércio internacional, devemos admitir como certo que se degradará consideravelmente nossa posição relativa na economia mundial, pois durante esse período os países mais avançados continuarão investindo fortemente em pesquisa e desenvolvimento, ao passo que nós estaremos desmantelando segmentos importantes de nossa indústria, particularmente de bens de capital.

Consideremos um segundo caso em que as decisões de hoje afetarão em igual profundidade o rumo de nosso desenvolvimento.

Vem-se gestando uma crise financeira internacional desde a forte elevação das taxas de juros ocorrida em 1979. Grandes bancos, que se expuseram seriamente em operações duvidosas nos países do Terceiro Mundo, estão procurando por todas as formas sinear suas carteiras. É natural, portanto, que eles pretendam arrancar de nós alguns bilhões de dólares, quaisquer que sejam as consequências negativas para nossa economia.

Ora, é ponto de vista aceito por todo mundo que os países endividados, como o nosso, não têm possibilidade de saldar seus compromissos nas condições contratuais originais, mesmo que o comércio internacional volte a crescer. Também é certo que grande parte dos bancos credores estão ameaçados de insolvência. Não cabe no momento discutir se esses bancos aceitaram riscos excessivos. Em todo o caso, é do interesse geral evitar uma crise financeira

de grandes proporções, pois isso poderia desmantelar grande parte da economia mundial, envolvendo países ricos e pobres.

Estamos, portanto, face a um grave problema, cuja solução interessa a todos. Mas ocorre que as instituições internacionais existentes não estão capacitadas para enfrentá-lo. Em síntese, reconhecemos a gravidade do problema mas não dispomos de meios para abordá-lo e resolvê-lo no quadro da cooperação internacional. Esta é uma constatação da maior importância, que não podemos deixar de ter em conta.

Mas a quem cabe a responsabilidade pela insuficiência dos instrumentos de ação no plano internacional? Certamente aos países que comandam instituições como o FMI, o Banco Mundial e o GATT. Toda tentativa de adaptar essas instituições a uma ordem internacional que tenha em conta a realidade do subdesenvolvimento tem sido bloqueada pelas grandes nações industriais que nelas exercem poder de veto.

Enquanto não surgem os instrumentos que possibilitarão encontrar solução para o problema do nosso endividamento no quadro de uma autêntica cooperação internacional, que devemos fazer? Esta é a outra decisão que está sendo tomada e que condicionará por muito tempo o futuro deste país. A escolha é simples: submetermo-nos às imposições draconianas dos credores ou assumir a soberania para defender os interesses vitais da Nação.

Devemos lutar por todos os meios para que se criem condições de efetiva cooperação internacional, mas, enquanto essas condições não existem, não deveríamos aceitar que o maior peso do ajustamento caia sobre nós, que somos a parte mais fraca. Se a soberania não serve para defender os interesses vitais de nosso povo, mergulhado no desemprego e na desesperança por uma recessão que nos é imposta do exterior, para que servirá ela?

Pertencemos a uma geração que quicâ haja sido a primeira que acreditou no Brasil com seriedade. Os meus mestres ainda falavam com relutância nas possibilidades de industrialização deste país. Uns se referiam a nosso clima dito enervante, outros à precariedade de nossas fontes de energia fóssil, outros diretamente a uma suposta inferioridade de raça, ou a uma matriz cultural lusitana que nos inibiria para o pensamento abstrato. Em minha geração, esses miasmas se dissiparam e o Brasil emergiu como uma nação dotada de capacidade criadora e de extraordinário dinamismo. Durante um terço de século nossa economia colocou-se entre as de mais rápido crescimento, situando-se hoje o nosso mercado entre os dez maiores do mundo. A longa experiência internacional que acumulei capacita-me para afirmar que o nosso é um país admirado e respeitado em todas as partes e que o que aqui acontece interessa e preocupa em particular essa imensa parcela da humanidade que chamamos de Terceiro Mundo. As decisões que aqui estão sendo tomadas em face da crise financeira internacional são da maior importância para a maioria da humanidade, que luta contra uma ordem econômica internacional injusta e mesmo imoral, quando nos impõe taxas de juros escorchantes. Hoje podemos dizer que somos povo maior de idade, pois muito do que aqui acontece influencia a vida de outros povos.

Mas não nos esqueçamos de que nada é definitivo nem linear na história de um povo. O avanço de uma geração pode ser anulado em poucos anos de desgoverno e perda de rumo. E recuperar o tempo perdido custa elevado preço, pois a decadência também tem sua lógica e exigências. Como dediquei grande parte de minha vida a demonstrar que o Brasil é um país viável, permito-me fazer esta advertência, que também é uma convocação para a ação: responderemos todos, perante as gerações futuras, pelo rumo que tome nosso país na travessia desta crise. E não nos esqueçamos de que na história de um povo, como na vida de cada homem, há momentos em que tudo se pode dispensar, menos a coragem.

F

I

M